Este encontro é extremamente relevante porque nos congrega neste momento tão delicado da vida nacional, em que estão ameaçados não só o emprego e a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também a soberania nacional, o vigor da economia e a própria saúde da democracia brasileira.

Ao nos concentrarmos no campo das políticas de proteção ao trabalho estamos, simultaneamente, buscando a retomada do crescimento econômico, a confiança dos empresários do setor produtivo e a esperança do povo brasileiro de retomar dias melhores.

A criação do Ministério do Trabalho em 1930 e a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, são marcantes momentos de transformação da história do nosso país, seguidos de décadas, de uma atuação concertada para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários dos brasileiros.

A ocupar a cadeira de Ministro do Trabalho, tivemos uma sucessão de brasileiros comprometidos com a melhoria das condições da classe trabalhadora. Entre 1º de janeiro de 2003 e 23 de janeiro de 2004, sob o governo do Presidente Lula, ocupei esse posto muito honroso. Sinto que, ao fazê-lo, busquei cumprir o propósito histórico do Ministério do Trabalho, que é o de buscar a dignidade da classe trabalhadora.

Hoje, ironicamente, ao vermos as antigas secretarias do Ministério do Trabalho sob a tutela do Ministério da Economia, percebemos o quanto o Brasil está sujeito a retroceder 89 anos em conquistas civilizatórias.

Nos primeiros anos deste século, foi possível utilizar o emprego como um dos instrumentos mais poderosos para alcançar a equanimidade em nosso País e , simultaneamente, alavancar o desenvolvimento.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o emprego formal cresceu, em média, 5,8% ao ano entre 2004 a 2011; entre janeiro de 2011 e fevereiro de 2014, foram gerados mais de quatro milhões de vagas de trabalho; nos três primeiros meses de 2014, foram criados mais de 300 mil empregos formais. De acordo com o Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do hoje extinto Ministério do Trabalho e Emprego, houve um crescimento de 2,57% no número de pessoas que conquistaram emprego com carteira assinada, em 2013; e, de 2011 a 2014, houve um aumento de 10,99%, com mais de 4,8 milhões postos de trabalho gerados.

Naquela ocasião, em 2014, a taxa de desemprego foi reduzida cerca de 5%, só entre 2012 e 2014. Naquela oportunidade, o Brasil foi um dos países que melhor reagiu à crise financeira mundial. Enquanto a média salarial no restante do mundo recebeu aumento médio de apenas 1,2%, o Brasil apresentou um ganho real de 2,7%, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Pesquisa do Caged, de 2014, mostrou que houve um crescimento constante nos rendimentos nos dez anos anteriores, com um aumento real de 42,91% acima da inflação.

Os registros demonstram que a redução no número de desempregados observada no período contribuiu para minorar a desigualdade social, com o índice de Gini tendo diminuído de 0,524 em 2009, para 0,508 em 2011.

Lamentavelmente, essa trajetória de redução das desigualdades e de inclusão social tem sofrido reveses terríveis, desde o golpe desferido contra a democracia brasileira, com o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff. Primeiramente, a desconstrução da CLT; e, este ano, a extinção do Ministério do Trabalho.

Hoje, vivemos uma grave crise econômica e política. E como o atual governo responde? Com autoritarismo na política, representado, por exemplo, pela imposição, buscada pelo Ministro da Economia, de um sistema de capitalização individual, resultando na destruição do atual modelo de previdência pública. E, para piorar, com uma visão ultraliberal no campo econômico, supostamente para deixar que as forças do mercado entrem em ação para recompor a ordem das coisas. Ao que vemos, a ordem das relações de trabalho anteriores a 1930, no Brasil.

Vivemos um ciclo antivirtuoso: com um número elevado de desempregados sem perspectivas de recolocação no mercado formal a curto prazo, e com relações de trabalho tornadas precárias, com a reforma trabalhista. Em consequência, as famílias deixam de consumir até os bens mais elementares, prática que até há pouco tempo movia a indústria e o comércio.

Diante desse cenário de terra arrasada, o Brasil precisa de um plano de emergência para viabilizar a retomada do crescimento econômico. E isso ocorrerá, nas palavras do economista Marcio Pochmann, quando a sociedade puder se reconciliar com o desenvolvimento.

De que maneira o consumo pode voltar a crescer? Primeiro, é preciso que a retomada da produção gere mais postos de trabalho; e também é necessário permitir que as famílias e as empresas possam se reorganizar financeiramente, solucionar suas dívidas; sem esquecer que igual recuperação precisa acontecer com cada município ou estado brasileiros.

Mas, isso só pode ocorrer com o financiamento do desenvolvimento, isto é, com o Estado voltando a atuar como indutor do crescimento. Em outras palavras, o Estado precisa se reorganizar para permitir que o investimento privado e o consumo voltem a florescer.

Para retomar a caminhada iniciada no início deste século, é preciso melhorar a educação, treinar trabalhadores, qualificar os mais jovens.

Para revalorizar os trabalhadores, é necessário voltar a fortalecer o poder de barganha das organizações sindicais, pois a desconstrução da legislação trabalhista enfraqueceu a dimensão coletiva, ao priorizar as negociações de empresa a empresa.

Desde há muito sabemos que os trabalhadores empregam seus ganhos, prioritariamente, em alimentos e moradia e outros bens assemelhados, como bem prevê nossa Constituição ao desenhar o que deve atender o salário mínimo. Uma pesquisa do Dieese revela que, entre 2004 e 2019, foi de 74,33% o aumento real acumulado do salário mínimo, ou seja, acima da inflação do período. Essa política fortaleceu o mercado interno, fez com que a indústria se encorajasse a produzir, pois encontraria um mercado consumidor ávido. E qual a providência adotada? Acabar com a perspectiva de aumento real do salário mínimo. Sem crescimento real da economia, o único ganho possível é conter os índices de inflação.

Vemos a necessidade, também, de aumentar a participação das mulheres no mercado, pois, atualmente, para cada dez homens ocupados, menos de oito mulheres estão empregadas. Essa maior inclusão pode ser obtida, por exemplo, por mais vagas em creches; essa iniciativa se agrega a outras, como a ampliação de construções de centros de educação infantil e a contratação de trabalhadores para esse setor.

Nossa reflexão precisa se dirigir a questões mais estruturais, e não apenas àquelas de curto prazo. E uma das constatações é a de que, nas décadas mais recentes, tem havido uma desindustrialização anormal e prematura para alguns setores manufatureiros intensivos em tecnologia e conhecimento, tais como os segmentos de máquinas e equipamentos; os de química e petroquímica; e, infelizmente, isso afetou também o setor automobilístico e outros equipamentos de transporte. Para agravar, os demais setores intensivos em tecnologia e em conhecimento – farmacêutico, material elétrico, informática e eletrônica – não alcançaram uma trajetória de industrialização robusta.

Ao lado da retomada das medidas macroeconômicas, precisamos de medidas para retomar o dinamismo do setor industrial, pois é dele que vêm as inovações tecnológicas, gerando superávit comercial e estimulando o crescimento econômico e o aumento da produtividade na economia. Contamos cada vez mais com os nossos pesquisadores, a fim de que estes apontem com maior precisão os setores produtivos que podem ser alvo de benefícios fiscais, treinamento e qualificação da mão de obra, financiamento à exportação, tarifas alfandegárias mais vantajosas, alíquotas tributárias adequadas e estímulos e subvenção econômica à inovação.

Essas são algumas das reflexões que podemos oferecer hoje, neste encontro.

Jacques Wagner